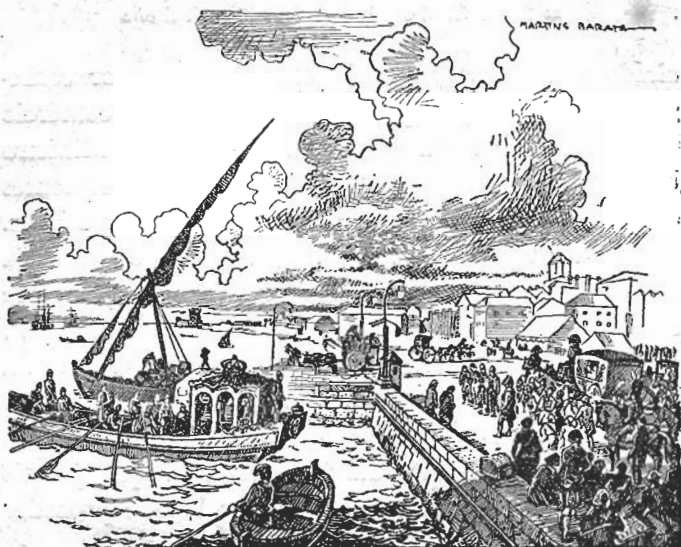


A PARTIDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

(Artigo que se destinava à *Gazeta de Lisboa* e que, por terem os franceses entrado nesta cidade na manhã do dia 30, já não pôde ser publicado).



Lisboa, 29 de Novembro de 1807.

Por todos os modos tentou o Príncipe Regente Nosso Senhor evitar que a Nação portuguesa se achasse envolvida na tremenda conflagração em que as principais Potências se debatem e que, se não fôr a ruína total delas, será para muitas a sua perdição. Parece que os Tratados de Badajoz de 1801 nos deviam garantir a neutralidade, ainda que por alto preço, mas a ambição desmedida de Sua Majestade o Imperador dos Franceses e Rei de Itália não pôde contentar-se com a paz de Amiens, e a Grã-Bretanha viu decretado contra ela o *bloqueio continental* com que Napoleão pretende dominar a senhora dos mares e no qual nos quer envolver.

Sua Alteza Real o Príncipe Regente foi logo soli-

citado a aderir à causa do continente e, por conseguinte, a fechar os portos portuguezes ao comércio com a Inglaterra, a expulsar do Reino o Ministro britânico, a prender os súbditos inglêses residentes em Portugal e a apreender-lhes propriedades e bens. Era esta exigência tão insólita, violenta e contrária aos Tratados que não pôde Sua Alteza conformar-se com ela e por isso, ao mesmo tempo que mandava responder ao Imperador Napoleão que anuir a tal pedido seria ofender não só o decôro e espírito de justiça, mas os princípios da Religião, assegurava a Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha que jamais accederia à imposição de confiscar os bens e proceder à detenção dos súbditos de Sua Majestade.

Não se conformou o Imperador dos Franceses com as nossas alegações e, perante a nobre firmeza desta Côrte, que condescendeu em fechar os seus portos aos navios inglêses, não, porém, em apreender-lhes os haveres, mandou preparar o exército da Gironda, de perto de 30.000 homens, para atravessar a Espanha e invadir o Reino.

Portugal não está, evidentemente, em condições de fazer frente a um exército conquistador da Europa e que para mais conta com o auxílio do Governo de Madrid. As sábias e prudentes resoluções de Sua Alteza Real, tomadas, nestes últimos tempos, quanto às nossas tropas, vieram melhorá-las e permitir-lhes comportarem-se com decôro, mas não pô-las em condições de obstar à invasão efectuada por fôrças tão desmedidamente superiores.

O que se tornava necessário era defender os nossos domínios ultramarinos e impedir que o Príncipe

Regente Nosso Senhor e a restante Família Real caíssem nas mãos do Imperador dos Franceses, que, segundo consta, já declarou que *a Família de Bragança cessou de governar em Portugal*.

De há muito se havia reconhecido que, trasladadas a Real Família e a Côrte para o Brasil, defendidos ficavam aquêles domínios de qualquer investida por parte de estranhos e a soberania portuguesa posta a recato das ambições de Napoleão.

Sua Alteza Real o Príncipe Regente e seus augustos filhos prisioneiros e vassallos da França, isso é que seria a nossa total ruína.

*

Neste pé estavam as coisas quando a Lisboa chegou a notícia de que o Imperador dos Franceses, irritado por ver que o Príncipe Regente não atendia às suas exigências com respeito ao bloqueio continental e sequestro das propriedades inglêsas, declarou guerra a Portugal, mandara sair de França o Embaixador de Sua Alteza, Sr. D. Lourenço de Lima, e dera ordem para que o exército da Gironda invadissem o nosso País.

Não é difícil de supor os cuidados e apoquentações do nosso amado Príncipe e de seus ministros e conselheiros para evitar a desgraça de vermos o nosso território invadido por tropas francesas e espanholas, os nossos haveres saqueados, o tesouro exaurido, os vassallos de Sua Alteza Real expostos a tôdas as humilhações e a independência de Portugal perdida de novo, quem sabe se para sempre!

Depois de quotidianas conferências, quer no real Palácio de Mafra, onde a Família Real se encontrava,

quer no da Ajuda, onde Sua Alteza o Príncipe Regente vinha ouvir o Conselho de Estado, tomou-se a deliberação do Decreto de 8 do corrente, em virtude do qual seriam sequestradas tôdas as propriedades inglêsas e detidos os súbditos da mesma nação que se achassem em Portugal, e resolveu-se enviar a Paris o Ex.^{mo} Marquês de Marialva, para tratar com o Imperador Napoleão um acôrdo que evitasse tamanho desastre.

É claro que estas resoluções tiveram o inconveniente de indispor o Govêrno de Sua Majestade Britânica, em conseqüência do que o Ministro acreditado nesta Côrte, *lord* Strangford, abandonou Lisboa e a esquadra do comando de *sir* Sidney Smith estabeleceu o bloqueio ao pôrto desta capital. Hostilidades estas, de uma e outra parte, mais aparentes do que reais, pois que quatro combóios carregados de bens de inglêses tinham saído de Lisboa e Pôrto com tôdas as facilidades, e o fim do bloqueio era sobretudo immobilizar a esquadra russa que havia entrado no Tejo. As disposições amigáveis da Inglaterra a nosso respeito ainda fizeram propor ao Príncipe Regente o dilema de Sua Alteza se transportar na esquadra portuguesa para o Brasil ou de a mesma esquadra ser entregue às fôrças britânicas até o fim da guerra.

*

Indispensável era recordar ordenadamente estes antecedentes para se compreender a necessidade e o alcance da sábia resolução de Sua Alteza Real se retirar para o Rio de Janeiro.

Soubese em Lisboa, como atrás dissemos, da entrada do exército francês em terras de Espanha; mas

não se soube do efeito do Decreto de 8 do corrente nem do resultado da importante missão do Marquês de Marialva a França. Talvez uma e outra coisa — supôs-se — conseguissem evitar a invasão de Portugal.

Nesta incerteza se estava quando, no passado dia 25, o tenente-coronel Lecor trouxe a inesperada e triste notícia de que a avançada do exército francês se encontrava em Abrantes e marchava a tóda a pressa em direcção a Lisboa! Era evidente que o general Junot, seu comandante, trazia ordem do Imperador para chegar aqui quanto antes, primeiro que os ingleses, e de se apoderar de Sua Alteza o Príncipe Regente e da Família Real.

Por fortuna, quando chegou o aviso do tenente-coronel Lecor, estava Sua Alteza no Palácio da Ajuda, de modo que foi possível convocar imediatamente o Conselho de Estado, o qual decidiu por unanimidade a partida da Real Família e da Côrte, com tudo o que fôsse preciso levar, para o Brasil.

Escusado é falar na consternação que a notícia desta decisão produziu na capital, porque nem todos viram logo as grandes vantagens que dela adviriam. Pensou-se mais na saúde que deixava a partida de Príncipe tão amável e de tantas pessoas de família e de amizade que iam ser transferidas para a outra banda do Atlântico do que no incomparável alcance duma tão sábia deliberação.

Começaram logo as ordens e os preparativos para a largada, dos quais, por serem geralmente conhecidos, se torna desnecessário fazer a individuação.

A Família Real, a-fim-de estar mais perto de Lisboa, transferiu-se de Mafra para Queluz.

No dia 26 se publicou o Real Decreto pelo qual o Príncipe Nosso Senhor declara que, esgotados os meios de conservar a neutralidade, e depois de se sujeitar a tantos sacrifícios, como o de fechar os portos do seu Reino aos vassallos do seu mais antigo e leal aliado, sem que isso evitasse que sôbre Lisboa marchassem as tropas do Imperador dos Franceses e Rei de Itália, muito particularmente com o propósito de se apoderarem da sua real pessoa, resolveu, em benefício dos seus leais vassallos e para evitar o derramamento de sangue, que só poderia ter funestas consequências, ausentar-se dêste Reino e passar com a Rainha sua Senhora e Mãe e com tôda a Real Família aos Estados da América, e estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro até a paz geral. E constituiu-se a Regência.

*

Em todo êsse dia 26 e na manhã de 27 a azáfama para o embarque das coisas que se reconheceu ser indispensável transportar para o Brasil foi indescritível. Até tonéis para água foi preciso fazer de novo, porque os de algumas das naus, visto não se supor que a partida fôsse tão precipitada, tinham desaparecido.

Sabendo o povo de Lisboa que a Família Real havia de embarcar anteontem nas naus que a transportam à América, correu às imediações da Ajuda e de Belém para se despedir, saúdoso, dos seus amados Soberanos.

A primeira carruagem da Casa que chegou ao cais transportava o Príncipe Nosso Senhor e o Infante

D. Pedro Carlos. Era meio-dia. Nem o piquete de cavalaria nem guardas acompanhavam Suas Altezas. A multidão, ao ver apear-se o Sereníssimo Príncipe D. João, precipitou-se sobre êle com mostras de entranhado amor e da mais viva saúde. Sua Alteza Real pedia, por acenos, que se afastassem para poder ganhar o escaler, mas ao mesmo tempo chorava copiosamente, revelando assim o quanto lhe custava afastar-se dêste seu Reino, abandonar os seus fiéis vassallos.

Chegou depois a Rainha Nossa Senhora, a quem o povo não via há cerca de dezasseis anos. Parece que a razão se lhe desanuviou com a partida, pois há quem diga ter ouvido Sua Majestade dizer para o cocheiro: — *Não tão de-prêssa que pensarão vamos fugidos.* Foi transportada para uma cadeirinha que a levou ao escaler.

A seguir, a Sereníssima Princesa viúva D. Maria Benedita e a Senhora Infanta D. Maria Ana. Por fim, a Sereníssima Princesa do Brasil, acompanhada de todos os seus filhos, de duas camareiras-mores e de uma ama de leite.

O Príncipe Nosso Senhor, a Rainha sua mãe, o Sereníssimo Príncipe da Beira, D. Pedro de Alcântara, e o Senhor Infante D. Pedro Carlos acomodaram-se na nau *Príncipe Real*. Na *Rainha de Portugal*, a Senhora Princesa D. Carlota Joaquina e os seus restantes filhos. As reais Infantas, na *Príncipe do Brasil*. Os ministros de Estado e a Côrte dividiram-se pelas naus *Conde D. Henrique*, *Medusa*, *Afonso de Albuquerque*, *D. João de Castro* e *Martim de Freitas*.

Calcula-se em 15.000 o número de pessoas que seguem na esquadra para o Rio de Janeiro.

A tarde de 27 e todo o dia de ontem se passaram no meio de grande aflição, porque um temporal com fortíssimo vento de sudoeste impediu, durante quarenta e oito horas, que a esquadra pudesse sair a barra.

Veio a notícia de que os franceses marchavam sobre Lisboa a todo o galope, com o fim de impedir a saída das naus e de prender a Família Real. Então deu-se ordem a tôdas as fortalezas da foz do Tejo para encravarem as peças das suas principais batarias.

Finalmente, depois de tantas horas de ansiedade, o dia de hoje amanheceu sereno, com vento favorável a soprar do norte, que foi logo aproveitado para a esquadra levantar ferro e partir barra fora, o mais rapidamente possível.

Compunha-se a frota, entre vasos de guerra e navios mercantes, de trinta e seis velas. Ao passar pela esquadra britânica, foi saúdada por vinte e um tiros, aos quais a artilharia das naus portuguesas correspondeu com igual saüdação. Depois, quatro naus da esquadra inglêsa se destacaram para comboiar o Príncipe Regente Nosso Senhor e sua augusta Família até o Brasil.

Com satisfação vemos a Coroa portuguesa firmar-se resolutamente na política da sua tradicional aliança e estamos convencidos de que a sábia, magnânima e transcendente deliberação de se transferir a Côrte para o Rio de Janeiro constitue a maior contrariedade que o Imperador Napoleão Bonaparte poderia encontrar nos seus triunfos.